

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO Nº     , DE 2015**

**(Da Sra. Julia Marinho)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a má prestação de serviços da Celpa e os valores abusivos e indevidos praticados na tarifa de energia do Pará.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, com data a ser marcada por este órgão técnico para discutir a má prestação de serviços da Celpa e os valores abusivos e indevidos praticados na tarifa de energia no estado do Pará.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Raimundo Nonato Alencar de Castro – Diretor presidente da Celpa;
- Ministério de Minas e Energia
- Romeu Donizete Rufino - Diretor Geral da Aneel;
- Tito Cardoso de Oliveira Neto – Diretor Presidente da Eletronorte

## JUSTIFICAÇÃO

O motivo do presente requerimento de realização de Audiência Pública nesta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia se justifica pelo fato dos sucessivos e abusivos aumentos da tarifa de energia e as constantes quedas no fornecimento de energia elétrica no Pará que tem atormentado e prejudicado a população do Estado.

As queixas quanto aos maus serviços prestados pela empresa e a precariedade do sistema de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de Belém e, sobretudo, no interior do Estado tem sido constantes.

Segundo o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas (CNRF), do Ministério da Justiça, a Companhia foi a empresa mais contestada pelos consumidores paraenses, nos últimos anos.

Os clientes reclamaram mais sobre o valor da taxa de energia e os problemas com cobranças indevidas ou abusivas, mas também relataram ter sido alvo de outras transgressões da companhia, como a recusa injustificada em prestar serviço, o não pagamento de indenização, o atendimento ruim, os danos materiais provocados por produtos ou pelo serviço da Celpa e o descumprimento de leis em diversas ocasiões.

No sudeste paraense, escolas que dispõem de aparelhos de ar-condicionado, não funcionam pela falta de energia estável, o que obriga os alunos a estudarem sob forte calor, em ambientes abafados, comprometendo o seu desenvolvimento educacional .

**Para o promotor de Justiça João Batista de Araújo Cavaleiro de Macêdo Júnior, a empresa se acha no direito de ferir os direitos de seus consumidores. Tem feito isso, sobretudo nos últimos três ou quatro anos, quando os apagões, as oscilações bruscas e intensas de corrente, a leitura de medidores sempre para cima e os cortes**

**indevidos de energia tornaram-se a marca dos péssimos serviços prestados aos paraenses. Os péssimos serviços prestados pela concessionária afetam consideravelmente a condição de vida e comprometem a dignidade humana.**

As oscilações, quedas e interrupções de energia elétrica no Estado ocorrem com frequência várias vezes no dia nas zonas rurais e nas zonas urbanas dos municípios. Essas oscilações prejudicam as prestações de serviço necessários e fundamentais para a população. Essas quedas de energia geram risco de morte para pacientes que necessitam de aparelhos médicos e muitos hospitais não possuem geradores de energia, sem contar nos imensos prejuízos causados a comerciantes e ao serviço público. Outra situação que é difícil de entender é a do município de Tucuruí que possui a maior usina hidrelétrica totalmente brasileira em funcionamento e sofre diariamente com a queda de energia. Sendo que vários municípios com população de até 25 mil habitantes não contam com a instalação de subestação.

**Segundo a juíza Karla Cristiane Sampaio Nunes, da 2ª Vara Cível de Itaituba, na região oeste do Pará, no mês de novembro e início de dezembro, mais de 50% das ações distribuídas são em face da Celpa. Em 100% das ações o tema está relacionado a denúncias de cortes indevidos e cobranças irregulares.**

Outro dado a ser debatido é o aumento da tarifa de energia cobrada pela Celpa. Nos últimos meses, a inflação acumulada não chega a 5%. É uma taxa alta, mas nada que possa ser comparado ao que aconteceu com as tarifas de energia elétrica. Nesses mesmos sete meses, a conta de energia para o consumidor paraense já deu um salto superior a 40%.

No percentual citado estão incluídos o reajuste médio geral de 34,9% autorizado em agosto do ano passado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o mais recente aumento de 3,6%, que entrou em vigor no dia 2 deste mês.

O que já é ruim, porém, tende a piorar. Em agosto deste ano virá a nova revisão tarifária e a previsão é de que o reajuste no Pará ficará em torno de 32% ou um pouco mais. Dificilmente abaixo desse índice, segundo especialistas do setor elétrico. Com isso, admite-se desde já que o custo da energia elétrica vendida pela Celpa poderá alcançar, no prazo de apenas um ano, um crescimento talvez acima de 80%.

O Pará voltará a ter a energia mais cara de todo o Brasil, condição que perdeu agora, apenas temporariamente, com a elevação das tarifas de outras distribuidoras em percentuais muito superiores – chegando em alguns casos a um número próximo de 25%. Em agosto, quando ocorrerá a nova equalização das tarifas, será a vez de o Pará ter altas mais acentuadas.

O Estado é o responsável pela geração de quase 10% da energia hidrelétrica produzida no país e a sua população paga uma das tarifas mais caras de energia elétrica em todo o Brasil.

Para isso, propomos esta reunião de Audiência Pública, para debatermos alternativas para melhorar a prestação de serviços realizados pela Celpa e os valores abusivos e indevidos praticados na tarifa de energia do Pará. Nesse sentido, conto com o apoio dos meus nobres pares nessa Comissão para aprovar este requerimento..

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputada Júlia Marinho